

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.244 - RJ (2019/0355950-0)

**RELATOR** : MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
**RECORRENTE** : ANTONIO RICARDO DA SILVA ROCHA JUNIOR (PRESO)  
**ADVOGADO** : DIOGO PACHECO DO COUTO - RJ170111  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por **ANTONIO RICARDO DA SILVA ROCHA JUNIOR**, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim emetado:

"*Habeas Corpus*. Paciente que responde pela prática do delito do artigo 157, § 3.º, segunda parte, c/c o artigo 14, inciso II, na forma do artigo 29, todos do Código Penal. Prisão preventiva. Alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo. Inocorrência. A instrução criminal não deve se limitar a mera soma aritmética dos prazos. Não demonstrada qualquer desídia por parte do Poder Judiciário, muito ao contrário, o que se verifica é que o juízo natural da causa tem empreendido todos os esforços para ultimar a ação penal, já tendo sido designada AIJ de continuação para o dia 04/12/2019. Ordem denegada" (e-STJ, fl. 28).

Consta dos autos que o recorrente foi preso, preventivamente, na data de 21/1/2019 – ocasião em que também foi recebida a denúncia –, pelo Juízo de primeiro grau, em face da suposta prática do crime previsto no art. 157, § 3º, segunda parte, c/c o art. 14, II, na forma do art. 29, todos do Código Penal.

Neste recurso, a defesa alega, em síntese, a existência de constrangimento ilegal consubstanciado no excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal, asseverando que cabe, no caso, a extensão da liberdade provisória anteriormente deferida ao corréu.

Sustenta também que "a autoridade coatora, ao denegar a ordem, não aponta nenhum elemento concreto, indicando que, posto em liberdade, o paciente possa atrapalhar a instrução criminal ou se furtar de uma possível aplicação penal" (e-STJ, fl. 47).

Pleiteia, assim, a concessão da ordem, inclusive liminarmente, para que seja revogada a prisão preventiva. Alternativamente, pugna pela substituição da constrição constritiva por qualquer das medidas previstas no art. 319 do CPP.

#### **É o relatório.**

Decido.

A concessão de liminar em recurso em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

# Superior Tribunal de Justiça

Ademais, a matéria pleiteada em liminar confunde-se com o mérito. Para preservação do princípio da colegialidade, não é recomendável que seja deferida tutela de urgência que se confunde com o mérito da pretensão formulada no *habeas corpus* (HC 306.389/SP, Rel. Ministro Jorge Mussi, DJe de 14.10.2014; HC 306.666/SP, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, DJe de 13.01.2014; HC 303.408/RJ, Rel. Ministro Rogerio Schietti Cruz, DJe de 15.09.2014; HC 296.843/SP, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 24.06.2014).

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se, ao Juízo de Direito da Vara Criminal da Comarca de Magé/RJ, informações a serem prestadas por malote digital, preferencialmente – e a senha de acesso para consulta ao processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Cumpridas as diligências acima referenciadas, retornem conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
Relator